

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONOMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EXPANSÃO DO CRÉDITO NO PERÍODO 2000-2007

DIEGO DE MEDEIROS DA SILVA

Florianópolis, 2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONOMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EXPANSÃO DO CRÉDITO NO PERÍODO 2000-2007

**Monografia submetida ao Departamento de
Ciências Econômicas para obtenção de
carga horária na disciplina CNM 5420 –
Monografia.**

Por: Diego de Medeiros da Silva

Orientador: Roberto Meurer

Área de Pesquisa: Economia Monetária

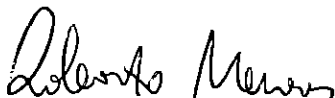
Palavras-Chave: concessão de crédito e concentração bancária

Florianópolis, 2008

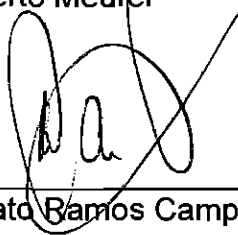
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ ao aluno Diego de Medeiros da Silva na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Professor Roberto Meurer
Orientador



Professor Renato Ramos Campos
Membro



Professor Alessandro Vicente Custódio
Membro

RESUMO

SILVA, Diego de Medeiros. **Intermediação Financeira no Mercado de Crédito**. 2008. 55f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

Desde a reforma do sistema bancário em 1964 os bancos comerciais, principais intermediários financeiros na economia começaram a inserir uma nova dinâmica na sociedade. Após um longo período até meados de 90 houve mudanças no sistema financeiro. Porém, nos últimos anos a eficiência tecnológica e operacional das instituições deu uma nova dinâmica ao modo com interação os bancos e os clientes. A estabilidade econômica em que está situado o país atualmente, deu aos agentes econômicos maior confiança quanto ao futuro. Assim, através dos estudos empíricos o aumento do volume de crédito concedido e a queda na taxa de juros, trouxeram oportunidades a muitas famílias e empresas a aquisição de bens e consumo e assim contribuindo para o ciclo vicioso de crescimento da economia.

Palavras-chave: concessão de crédito e concentração bancária

AGRADECIMENTOS

Aos meus grandes amigos, companheiros e professores do curso de graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, que me motivaram e me ensinaram muito do conhecimento obtido nesta longa caminhada.

Aos hoje economistas Pedro Vieira, pelo grande auxílio durante a realização deste trabalho e Marcelo Marcos Maraschin pelas horas de estudos dedicadas às disciplinas do curso e pela grande amizade que pudemos desfrutar.

Aos grandes amigos Douglas, Antônio Pedro e Fernando Veronese que me acolheram em uma nova cidade e que também conheci ao longo do período universitário.

A minha mãe Margareth de Medeiros da Silva e ao meu pai Luiz Carlos da Silva, que as principais pessoas que devo agradecer pelo apoio dado desde o início desta jornada e que nunca me abandonaram.

À Alice, pessoa que tem muita garra e força de vontade e me ajudou muito nos meus momentos de dúvida e incertezas.

Ao professor Roberto Meurer pelo apoio, orientação e atenção despendidos durante todo o processo de realização deste trabalho, além de agradecer pela oportunidade e pela confiança no meu potencial acadêmico.

Enfim, agradeço a Deus pela sua presença em meu caminho trazendo luz nos momentos de dificuldades e a minha irmã Renata que completa uma família muito feliz.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE GÁFICOS.....	9
LISTA DE ANEXOS.....	10
1. INTRODUÇÃO.....	11
1. 1. TEMA E PROBLEMA.....	11
1. 2. OBJETIVOS.....	12
1. 2. 1. <i>Objetivo Geral</i>	12
1. 2. 2. <i>Objetivos Específicos</i>	12
1. 3. METODOLOGIA.....	13
2. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	14
2. 1. EXTERNALIDADES NO SISTEMA FINANCEIRO.....	15
2. 2. O PROCESSO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	16
2. 3. CUSTOS DE TRANSAÇÃO E CUSTOS DE INFORMAÇÃO.....	21
3. O COMPORTAMENTO DO CRÉDITO.....	23
4. CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Balanço do Banco X através da conta T – No tempo 1	19
Tabela 2: Balanço de um Banco através da conta T – No tempo 2	19
Tabela 3: Participação Relativa dos Bancos no Total de Agências do Sistema.....	25
Tabela 4: Bancos por origem de capital	26
Tabela 5: Principais instituições financeiras em atividade no país	26
Tabela 6: Intermediação Financeira ano 2000	28
Tabela 7: Intermediação Financeira ano 2007	29
Tabela 8: Volume emprestado por Modalidades de Crédito – PF	33
Tabela 9: Volume emprestado por Modalidades de Crédito – PJ	34
Tabela 10: Inadimplência/operações de crédito	35

LISTA DE GÁFICOS

Gráfico 1: Ativo Total.....	30
Gráfico 2: Total da Receita com a Intermediação Financeira	31
Gráfico 3: Lucro Líquido	32
Gráfico 4: Taxa de Juros das Operações de Crédito	36
Gráfico 5: Spread	37

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Resumo – Dez Maiores Instituições – Base Ativo Total	43
Anexo 2: Spread	43
Anexo 3: Taxa de juros nas operações de crédito	44

1. INTRODUÇÃO

1. 1. TEMA E PROBLEMA

O Sistema Financeiro Nacional até 1964, estava praticamente sem condições suficientes para atender as necessidades da sociedade como um todo. A reforma bancária de 1964 e a Reforma do Mercado da Capitais de 1965, propiciou aos bancos a oportunidade de operar como intermediários financeiros mais eficientes e, assim, se tornaram peças chaves do sistema financeiro brasileiro.

Até então, os bancos eram concentrados em pequenas redes de agências, trabalhavam predominantemente nas funções de depósitos e descontos (empréstimos). Porém, com o desenvolvimento econômico algumas mudanças ocorreram:

“Com o desenvolvimento econômico da sociedade brasileira, conseqüentemente, a crescente complexidade das relações econômicas, o aumento na execução dos serviços públicos e a concessão de benefícios, o sistema de arrecadação começou a consumir recursos crescentes, já que obrigava os órgãos públicos a manter sistemas e estruturas que, em alguns casos, não cobriam os custos da arrecadação”.(FORTUNA: 2000 p.10)

E assim:

“Para os bancos, o desenvolvimento econômico possibilitou a disseminação de sua rede de agências por todo o território nacional, para atender à crescente necessidade de transferência de ativos financeiros entre as entidades econômicas” (FORTUNA: 2000 p.10).

Desta forma, os bancos deixaram de ser apenas redes de agências em que, a função básica estava ligada apenas à captação de depósitos e ao empréstimo aos clientes, e passaram a prestar outros serviços como o recebimento de títulos de

arrecadação e o pagamento de benefícios e salários ao público. A partir daí, foi possível observar uma grande expansão no setor.

No presente trabalho o estímulo do governo federal será estudado, no que se refere ao processo de queda de juros e a expansão do volume de crédito nas instituições financeiras. Além disso, será realizada análise da concentração bancária para verificação se esta serve de estímulo ao aprimoramento da eficiência administrativa e operacional das instituições financeiras através de um menor custo do dinheiro no mercado de crédito.

A partir de 1999 o Banco Central disponibiliza estudos sobre o comportamento da taxa de juros, do volume de crédito e do spread bancário. Com estes estudos o Banco Central, discute alternativas para minimizar riscos nas operações de crédito.

Neste trabalho, serão analisados os dados sobre empréstimos, taxa de juros e spread ao longo do período de 2000 a 2007 para observar se houve algum efeito nos resultados das operações de crédito das instituições financeiras bancárias. O intuito é mostrar a queda no custo do dinheiro através das operações de crédito dada a sua expansão, inclusive pela situação de estabilidade em que se encontra a economia brasileira atual.

1. 2. OBJETIVOS

1. 2. 1. Objetivo Geral

Identificar e analisar o comportamento do crédito, analisando sua expansão às pessoas físicas e jurídicas entre 2000 e 2007.

1. 2. 2. Objetivos Específicos

- Revisar literatura sobre o papel das instituições financeiras enfatizando as relações entre taxa de juros, spread bancário e crédito;

- Analisar empiricamente as taxas de juros e spread bancário no Brasil de 2000 a 2007.

1. 3. METODOLOGIA

O presente trabalho necessita de uma pesquisa em bibliografias referentes à história do sistema bancário brasileiro, sistema financeiro em geral, principalmente na ótica do crédito.

A pesquisa será desenvolvida com a utilização de livros, trabalhos acadêmicos, artigos de instituições ligadas ao setor e também sites da Internet. Para obter o material e possivelmente dar melhor performance ao trabalho, os livros são a fonte mais recomendável a ser utilizada.

A análise da mudança de comportamento do volume de crédito concedido pelas instituições bancárias ocorridas no período será feita com base nos dados encontrados nos sites de instituições oficiais como o Banco Central e IPEA.

Após a introdução, dois capítulos fazem parte da estruturação do trabalho. O primeiro trata do sistema financeiro e do processo de intermediação financeira através do mercado de crédito. O segundo capítulo é baseado na concentração bancária. Uma vez que os dados obtidos e mensurados foram estudados será possível uma conclusão do trabalho e recomendações para novos estudos visando aplicação da pesquisa nas atividades acadêmicas.

2. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

Ao analisar a economia de um país, pode-se observar uma quantidade enorme de agentes econômicos que, divididos em diversos setores, dão dinâmica ao modo de produção capitalista. Dentre esses setores, terá destaque neste capítulo o Setor Financeiro principalmente no que se refere às relações de intermediação e regulação do Sistema Financeiro.

O Sistema Financeiro de cada país é diferente em relação aos outros. Isso acontece por que cada país cria seu sistema de acordo com a necessidade dentro do panorama econômico onde está situado. Além disso, a legislação vigente é responsável pela definição das operações. A importância para existência de um Sistema Financeiro é a sua função de regular e deixar mais eficientes as relações financeiras entre os agentes econômicos (Empresas, Famílias e Governo).

O Sistema Financeiro de cada país possui órgãos que regulam o processo de intermediação financeira.

“A existência do sistema financeiro está condicionada a imperfeições de mercado, tais como falhas no canal de transmissão de informação entre os agentes econômicos e distanciamento do mercado competitivo (poder de mercado). As trocas entre os agentes tornam-se mais onerosas quanto mais graves são as falhas de mercado, podendo, como caso limite, inviabilizá-las. A intermediação financeira surge, então, como um mecanismo para minimizar tais imperfeições, facilitando (intermediando) a alocação dos recursos entre poupadores e tomadores de empréstimos e, dessa forma, transmitindo aos investimentos produtivos os recursos necessários. (SILVA, 2006)”.

Dentre as atribuições dadas aos órgãos quanto a regulação do sistema financeiro de seu país têm destaque o papel de disponibilizar as informações financeiras aos investidores, manter a saúde do sistema financeiro e controlar a política monetária.

A eliminação da barreira da regulamentação estimula a entrada de novas oportunidades no mercado, as vezes com falhas de preparo em certas áreas. Contudo, vale destacar que a desregulamentação, assim como sugere seu nome, traz uma maior liberdade na tomada de decisões, haja vista as novas oportunidades de negócios criados.

A desregulamentação financeira é o processo de eliminação de restrições e travas legais à atividade financeira, caracterizando o processo de alteração da regulamentação estrutural do sistema bancário.

A tendência à globalização dos mercados financeiros combinada com os processos de desregulamentação, as formas de progresso tecnológico e o crescimento dos mercados de títulos em velocidade superior aos de crédito, provocaram mudanças revolucionárias nos perfis das instituições financeiras, especialmente nas líderes em escala internacional.

Tais alterações foram levadas por um processo de fusões e aquisições entre algumas instituições e de especialização em outras. As primeiras procuraram criar empresas gigantescas, capazes de operar em enorme escala, tanto em termos geográficos quanto de diferenciação de produtos oferecidos. Estes podem ser considerados como bancos universais. As demais, ao contrário, buscaram oportunidades em linhas de negócios mais promissoras, que garantam nichos de operação em que possam diferenciar os produtos pela qualidade e especialização. Teve início, assim, um processo de reestruturação dos sistemas financeiros baseado em uma estrutura marcada pela coexistência de instituições de grande porte, voltadas para o suprimento de serviços variados a um grande número de clientes em mercados geograficamente diversificados, e em empresas especializadas na produção de serviços de alto valor, em mercados mais sofisticados.

2. 1. Externalidades no sistema financeiro

Uma operação pode gerar algum tipo de externalidade quando dela resultam, para terceiros, benefícios ou danos não considerados pelos participantes diretamente envolvidos. Um exemplo sobre externalidade negativa é o caso da poluição gerada por certas atividades industriais. O que é gasto para o tratamento de saúde de moradores de uma comunidade cujo ar esteja sendo poluído por uma fábrica não é considerado nem pelo vendedor do produto, nem pelo comprador.

Muito provavelmente o preço desse bem subestimar-se-á seu custo, pois incluirá apenas o custo direto de produção e não o do tratamento de saúde, que recairá sobre outros agentes. Se o preço da mercadoria é menor do que deveria ser, haverá a tendência de uma produção excessiva daquele bem, gerando uma má alocação dos recursos da sociedade. Externalidades, portanto, induzem falhas de mercado, isto é, situações em que agentes privados, operando livremente, não são capazes de levar em conta todos os elementos relevantes para que se tome a melhor decisão.

Mas as externalidades também podem ser positivas. O setor bancário gera talvez a mais importante delas, ao operar o sistema de pagamentos baseado na circulação de depósitos à vista - criados, em sua maior parte, como contrapartida da concessão de empréstimos pelos bancos a seus clientes. Nessa operação, são consideradas, pela instituição financeira, as características de risco do demandante de crédito, as garantias que pode oferecer, suas probabilidades de sucesso, sua reputação, o custo de captação de recursos etc. O tomador, por sua vez, leva em conta a taxa de juros cobrada, os termos do contrato, sua maturidade etc. Ambos os grupos são relevantes para cada parte individual deste contrato.

Uma vez concedido o empréstimo, porém, e criado o depósito, há outros efeitos não considerados nem pelo banco, nem pelo tomador. Ao utilizar seu saldo bancário para fazer despesas, o beneficiário do empréstimo estará favorecendo quem lhe vende a mercadoria, que, por sua vez, usará o saldo bancário recebido para efetuar seus próprios gastos, e assim por diante. A criação de depósitos pelo banco em sua operação com o demandante de empréstimo gerou meios de pagamento que viabilizaram operações de compra e venda completamente dissociadas da transação original. Assim, o surgimento de um sistema de pagamentos representado pela circulação de depósitos à vista é uma externalidade positiva criada pela operação do sistema bancário. O benefício proporcionado a quem utilizar depósitos para fazer pagamentos, tempos depois da operação original de empréstimo, não está computado nem pelo banco, nem pelo tomador original.

2. 2. O processo de intermediação financeira

A existência do sistema financeiro está condicionada a imperfeições de

mercado, tais como falhas no canal de transmissão de informação entre os agentes econômicos e distanciamento do mercado. As trocas entre os agentes tornam-se mais frágeis quanto mais graves são as falhas de mercado, podendo, como caso limite, inviabilizá-las. A intermediação financeira surge, então, como um mecanismo para minimizar tais imperfeições, facilitando (intermediando) a alocação dos recursos entre poupadores e tomadores de empréstimos e, desta forma, permitindo aos investimentos produtivos os recursos necessários.

Como ferramenta utilizada pelo o sistema financeiro para poder ter sucesso quanto a sua responsabilidade, destacamos neste capítulo o papel dos intermediários financeiros.

A intermediação financeira através dos bancos comerciais e múltiplos é uma das formas mais eficientes de aproximar os aplicadores e tomadores de dinheiro. Além desses, instituições de poupança contratual e intermediários de investimento também cumprem esse papel na intermediação de ativos financeiros. Todas as instituições enquadradas nestas categorias são as responsáveis por dar maior liquidez ao dinheiro, assim como, também diminuir seu custo no momento de um empréstimo. O menor custo do dinheiro é possível dado que os custos de transação e de assimetria de informação são menores, já que, as instituições financeiras bancárias possuem mecanismos legais e operacionais para que as falhas sejam amenizadas.

No Mercado Financeiro as instituições financeiras bancárias, isto é, aquelas que são capazes de criar moeda, têm também a função de intermediário financeiro. Nesse contexto, eles recebem os depósitos de seus clientes – considerados o passivo do banco – e emprestam para outros clientes ou para o governo, este será considerado o ativo dos bancos além das suas reservas compulsórias e de encaixe técnico. Olivier Blanchard também esclarece as relações financeiras da seguinte forma:

Os bancos são um tipo de intermediário financeiro. O que torna os bancos especiais e a razão pela qual nos concentramos nos bancos em vez dos intermediários financeiros em geral – é que seu passivo é moeda. As pessoas podem pagar por transações emitindo cheques até o limite de seu saldo em conta corrente. (BLANCHARD, 2004, 63p).

E continua:

Os bancos recebem fundos de seus correntistas. Uma parte desses fundos é mantida como reserva e o resto é usado na concessão de empréstimos e na aquisição de títulos. Seu passivo é formado por depósitos à vista – os valores depositados por pessoas e empresas. Seu ativo consiste em reservas, empréstimos e títulos. (BLANCHARD, 2004, 64p).

Outra contribuição para analisar as funcionalidades do das instituições bancárias pode ser realizadas através de outros autores com Mishikin que diz:

“Um banco utiliza os recursos que adquiriu emitindo passivos para comprar ativos geradores de receita. Os ativos bancários são, portanto, chamados utilizações de recursos, e os juros recebidos, sobre estes é o que faz com que os bancos tenham lucros.”(MISHKIN, 1998, 271p).

Os bancos são os mais importantes intermediários do sistema financeiro. Esta função é responsável pela canalização de recursos entre os agentes econômicos da sociedade. Em linhas gerais, os bancos formam seus ativos através de empréstimos, compra de títulos e valores mobiliários entre outras operações. E os depósitos realizados pelos clientes, formam o passivo de um banco. Para exemplificar, autores como Mishkin(1998), mostram, a transformação e administração dos ativos e passivos bancários através de balanços pela ferramenta conhecida como conta T.

A conta utilizada principalmente nos balanços contábeis com o objetivo de equilibrar o patrimônio de uma empresa de acordo com seus bens, direitos e obrigações. Porém, no estudo da economia monetária as contas ou as rubricas são utilizadas com nomenclaturas adaptadas às operações bancárias.

Na tabela 1, por exemplo, um indivíduo deposita 100 unidades monetárias(um). Dessa forma o depósito formará um passivo no banco X. O banco X, por sua vez, colocará esse as 100 u.m. no caixa forte formando assim o seu ativo.

Tabela 1: Balanço do Banco X através da conta T – No tempo 1

Balanço Banco X	
	Ativo Passivo
Encaixe Técnico	100 Depósitos 100
Total do Ativo	100 Total do Passivo 100

Parte dos valores depositados e administrados pelos bancos divide-se em encaixe técnico, reservas voluntárias e reservas compulsórias. O encaixe técnico é o montante que o banco considera necessário para suprir as necessidades de saques pelo público. No caso da tabela 2 o banco X estipulou uma margem de 10% do total de depósitos ou 10 u.m.. As reservas voluntárias fazem parte da quantidade de dinheiro que é deixado nos cofres por opção dos bancos, na tabela 2 o Banco X mantém 20 u.m. nos cofres. Já as reservas compulsórias são partes dos depósitos que os bancos devem manter no cofre do Banco Central por lei e fazem parte dos instrumentos de política monetária este valor no exemplo corresponde a 40 u.m..

O restante, ou seja, as 30 u.m. são utilizadas pelas instituições no mercado financeiro principalmente para as atividades de intermediação financeira. No caso do banco X, os valores foram alocados no mercado de crédito via empréstimos a outros clientes.

Tabela 2: Balanço de um Banco através da conta T – No tempo 2

Balanço Banco X	
Ativo	Passivo
Encaixe Técnico	Depósitos
10	100
Empréstimos	
50	
Reservas Voluntárias	Patrimônio Líquido
40	100
Reservas Compulsórias	Total do Passivo
100	200
Total do Ativo	
200	

Como já foi observado anteriormente, o depósito realizado pelo indivíduo, dá a ele o direito de a qualquer momento retirar o valor total. E o banco tem a obrigação de devolver esta quantia ao depositante. Numa empresa de qualquer outro setor, na sua conta de ativo estaria disposta a conta Bancos (Depósitos).

As instituições bancárias em suas operações diárias, além de recursos próprios, utilizam recursos de terceiros para realizar as funções de intermediário financeiro. Isto acontece desta forma, porque os bancos emprestam para seus clientes, valores captados de depósitos deixados por agentes superavitários. Nesta, relação os bancos podem juntar vários pequenos depósitos, sendo assim capaz de oferecer um grande volume de crédito com prazos alongados.

Como a maior parte dos valores dos depósitos é raramente (ou nunca) resgatada, os bancos podem operar na suposição de que este tipo de passivo, apesar de à vista, tem duração indefinidamente longa. Essa característica dá aos bancos o privilégio de criação de depósitos para além de sua capacidade efetiva de resgate, dando origem ao multiplicador

bancário.(Carvalho, 2000, 272p.)

Os volumes, prazos e riscos administrados pelos bancos estão propriamente ligados aos mecanismos de captação e utilização dos recursos financeiros que estas instituições administram.

Na utilização desses recursos no mercado de crédito os bancos irão procurar por indivíduos que dispostos a pagar taxas de juros mais altas. Neste caso, é possível que existam riscos de inadimplência. Isso pode ocorrer caso as instituições emprestem a maus pagadores. Estes por sua vez, não estão tão interessados nas taxas de juros, mas interessados em conseguir dinheiro, independente do custo.

Além das taxas juros, os prazos de empréstimos são importantes meios para os bancos obterem maior rentabilidade. Mesmo que os empréstimos sejam, tenham prazos já pré-fixados para pagamentos de suas parcelas e os bancos tenham que esperar este período para receber o pagamento, o lucro é gerado pela proporcionalidade entre o juro composto e o prazo de empréstimo. Ou seja, quanto maior o prazo de empréstimo tomado pelo cliente, maior será a quantia destinada ao pagamento dos juros ao longo do período.

Porém, para que esta relação de depósitos e empréstimos seja bem sucedida, cabe aos responsáveis pela gestão de numerários garantirem a liquidez para saques dos valores depositados. A melhor forma para garantir esta liquidez é através da administração do ativo e passivo da instituição.

Além da intermediação financeira, há o processo de desintermediação financeira que consiste na substituição da atividade intermediadora tradicional das instituições financeira pelo financiamento direto dos tomadores no mercado de capitais. Isso ocorre através da emissão de valores destes novos investidores institucionais, que baseiam sua atividade na aquisição de ativos financeiros através da formação de um grupo de investidores.

Esse novo tipo de funcionamento não só altera significativamente a relação entre os investidores e os tomadores nos mercados financeiros, como também pode, *como conseqüência, provocar modificações de importância tanto no mercado de valores como nos intermediários financeiros.* Esta tendência do mercado de capitais tem suas razões atreladas aos ofertantes e aos demandantes de novas alternativas de investimentos.

Um dos principais fatores que podem estimular a desintermediação financeira são as elevadas taxas de juros, que estimularam as empresas a buscar mecanismos de poupança em toda sua estrutura de custos, especialmente financeiros, enquanto os subscritores de títulos buscavam melhorar a rentabilidade esperada de seus investidores, evitando, em ambos os casos, os custos de intermediação.

Além disso, se houver uma regulamentação, visando garantir não só a solvência das entidades financeiras, mas também os interesses dos investidores, pode ser que, em vez de desintermediação, pode ocorrer discussão acerca de novas regulamentações, garantindo a permanência e a participação do setor financeiro no mercado de capitais, regulado em maior ou menor escala.

2. 3. Custos de transação e custos de informação

Segundo Silva (2006) os custos de transação e os custos de informação envolvidos em uma transação podem somar quantias que inviabilizem as transações. Portanto, a eficiência provida pelo sistema financeiro reside exatamente na redução dos custos de transação e custos de informação quando um contrato financeiro é realizado.

Os custos de transação são os gastos envolvidos na transação financeira, tais como processo de reuniões entre os interessados, pagamento a um advogado para redigir um contrato, entre outros. Os custos de transação podem ser reduzidos substancialmente com a introdução dos intermediários financeiros (bancos), pois estes desenvolveram uma especialização nesta atividade, obtendo, assim, vantagens das economias de escala, isto é, a redução do custo à medida que o número de transações é aumentado. Segundo Mishkin (2000, 124p.), os baixos custos de transação de um intermediário financeiro significam que ele pode fornecer a seus clientes serviços de liquidez, serviços que permitem agilidade para os clientes ao realizar as transações.

Custos de informação são os custos provenientes da assimetria de informação entre o agente e o principal, ou seja, uma das partes do contrato está mais informada do que a outra. Quando há assimetria de informação, conflitos de interesses tendem a ocorrer. Há dois tipos de problemas vindos da assimetria de informação: seleção adversa e risco moral. O primeiro ocorre antes que a transação

ocorra. Seleção Adversa torna-se um problema no mercado financeiro devido ao fato de que é mais provável que tomadores com riscos de crédito elevados demandem crédito, aumentando, assim, a probabilidade que estes sejam selecionados.

Sabendo de antemão desta relação, os emprestadores podem decidir não conceder empréstimos, pois não conseguem distinguir os bons dos maus tomadores de crédito.

O segundo ocorre depois que a transação é efetuada. O risco moral se refere ao risco dos tomadores de crédito se engajarem em atividades indesejáveis do ponto de vista do prestador, pois tais atividades reduzem a probabilidade de que o empréstimo seja pago. Da mesma forma que a seleção adversa, o risco moral pode ocasionar o fim da concessão de crédito como uma forma de proteção ao risco do prestador.

Como os problemas provocados pela informação assimétrica podem colapsar o mercado de crédito, torna-se fundamental a presença de intermediários financeiros para amenizar esses problemas, uma vez que estes são mais bem equipados do que agentes individuais para distinguir os riscos de créditos ruins dos bons, bem como criar um aparato para monitorar as ações dos tomadores de crédito. Assim, intermediários financeiros tendem a melhorar o bom funcionamento do mercado financeiro, facilitando a transferência de poupança entre prestador e tomador de crédito, o que tende a gerar, como resultado final, aumento de recursos para o setor produtivo, ocasionando crescimento econômico.

3. O COMPORTAMENTO DO CRÉDITO

A atual fase do capitalismo é marcada por inúmeros processos de fusões, incorporações e aquisições entre as empresas nos mais diversos setores da economia. No Brasil, as instituições bancárias, hoje já estão inseridas num mercado extremamente oligopolizado. Isto porque, apenas uma dezena de bancos são responsáveis pela maior parte das transações financeiras e são essas instituições que respondem por cerca de 70% do total da intermediação financeira dentre o total de bancos existentes.

“...o setor bancário é oligopolizado, ou seja, a maioria dos clientes (sejam eles empresas, sejam elas pessoas) estão concentrados em poucos bancos. Essa falta de concorrência no mercado bancário tira a pressão para os bancos abaixarem os juros já que eles não concorrem entre si para emprestar seu dinheiro. Ao contrário, ainda permite aos bancos cobrarem altas taxas de serviços dos clientes (que somos nós). Mesmo assim, este processo vem ocorrendo desde da implantação da política de privatização dos bancos estaduais no final dos anos 70. Grandes instituições financeiras nacionais e do exterior foram às compras e na época arremataram bancos de diversos estados do país.(Pinto, 2004)

Em função dos processos de fusão ocorridos no final dos anos 60 até meados dos anos 70 houve grande redução no número de bancos no sistema. Em 1964 haviam 336 bancos comerciais, já em 1974 este número caiu para 109.(Barbachan, 2004, 5p.)

Quanto maior for o tamanho do banco relativamente aos demais bancos, maior será a proporção dos depósitos criados pelas suas operações de crédito que ele será capaz de reter. Sendo assim, o grau de concentração bancária determina, em conjunto com a taxa de juros paga sobre os depósitos a vista e o volume de empréstimos concedido pelo banco, o volume total de depósitos a vista.(Oreiro, 2005, 106p.)

Essas alterações, além de influenciar o mercado, também contribuíram para estabilizar a economia doméstica, assim como controle de inflação e queda nos custos operacionais das instituições dadas pela economia de escala.

Se por um lado, a eficiência operacional dos serviços prestados melhorou através do freqüente uso de novas tecnologias e pelo aumento da eficiência administrativa dos bancos, por outro lado, a concentração bancária oligopoliza o setor em que os banqueiros definem suas estratégias de acordo com suas

expectativas e no comportamento de seus concorrentes, isto impõe desafios aos governos principalmente quanto cobranças de tarifas e taxas de juros, que precisa regular o setor para não existir a possibilidade de danos à sociedade.

As discussões sobre as altas taxas e tarifas cobradas pelos bancos têm relevado o comportamento da demanda pelo crédito e o poder que a população brasileira tem para forçar redução nas taxas de juros. Está ao alcance das pessoas recusar ofertas de crédito enquanto elas apresentarem custos elevadíssimos. A recusa causaria redução na demanda e, conseqüentemente, queda nos spreads.(Paschoarelli, 2006)

Nos períodos de inflação alta as instituições financeiras bancárias se beneficiavam com os ganhos inflacionários e oriundos das operações de *float* – recursos provenientes de depósitos à vista, de cobrança e recursos de terceiros que ficavam temporariamente nas agências agregando juros para as instituições. Atualmente, com a estabilização dos preços, as receitas bancárias provêm muito mais das tarifas cobradas pelos produtos e serviços oferecidos, além dos juros pagos pelos tomadores de empréstimos.

De acordo com Carvalho(2003) os ganhos nos anos de alta inflação era de 80% a 90% do resultado bruto com ganhos inflacionários e 10% a 20% a ganhos de *float*.

“Dados do Banco Central com base no balanço dos bancos mostram que de 1996 a 2006 a cobrança de tarifas bancárias passou de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 47,5 bilhões, um crescimento de 293% no período. No mesmo período a inflação foi de 92,7% (IPCA) e o gasto das instituições com a folha de pagamentos cresceu 55%. O ‘índice de cobertura’, que é a parcela da folha de salários que poderia ser coberta com o dinheiro das tarifas, passou de 48% em 1996 para 123% no ano passado.”(RIBEIRO, 2007)

Como já observado anteriormente o mercado bancário é dominado por poucas instituições, em que cerca de uma dezena de instituições detém a maior parte do mercado nos mais diversos segmentos..

Ainda quanto ao processo de competição e concentração bancária uma pesquisa (ARAÚJO, 2006) revelou que o mercado brasileiro concentrou entre os dez maiores bancos, ou seja, dez bancos brasileiros passaram a obter uma parcela

maior em ativos e depósitos. E que para aumentar a competição no setor é necessário diminuir essa concentração. No mesmo artigo, cita-se que a entrada dos bancos estrangeiros no país apresentou aumento na competição.

Tabela 3: Participação Relativa dos Bancos no Total de Agências do Sistema

Bancos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nossa Caixa	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Santander-Banespa	3%	4%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	3%
Unibanco	5%	4%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%
HSBC	0%	0%	7%	6%	6%	6%	6%	5%	5%
ABN AMRO-Real	0%	0%	0%	0%	0%	4%	4%	5%	4%
CEF	13%	12%	11%	11%	12%	12%	12%	12%	12%
Itaú	6%	6%	6%	6%	7%	7%	9%	10%	10%
Bradesco	10%	11%	12%	13%	13%	13%	14%	14%	15%
Banco do Brasil	18%	18%	28%	17%	17%	17%	18%	18%	19%
Cinco Maiores	51%	51%	54%	54%	55%	56%	58%	59%	61%
Dez Maiores	58%	58%	65%	65%	66%	70%	74%	75%	77%
SISTEMA	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: ARAUJO, 2006

Para entender as relações de concorrência interbancárias é necessário obter conhecimento de toda a estrutura na qual funciona o sistema financeiro. O que se pretende apresentar a princípio é, justamente, fazer um apanhado sobre as relações entre as instituições financeiras com o mercado doméstico e a importância delas no contexto histórico e no crescimento econômico do país. O papel delas na intermediação financeira, seus riscos e ganhos e compreender sua dinâmica dentro do processo capitalista.

Os bancos presentes no mercado competem em preços (taxas de juros cobradas nos financiamentos e pagas pelos depósitos) de tal forma que seus lucros são função de sua estratégia de diferenciação, ou seja, a posição escolhida por eles no mercado. A interpretação mais intuitiva para o tratamento do posicionamento estratégico no modelo é a diferenciação espacial. Nesta interpretação os bancos escolhem se localizar próximos de um determinado grupo de clientes para obter as vantagens proporcionadas pela proximidade física. No entanto, o modelo também pode ser aplicado a diferentes escolhas estratégicas das instituições financeiras, como, por exemplo, atender prioritariamente um determinado segmento de clientes (pequenos, grandes, de alta tecnologia,...).(FERREIRA, 2006).

Nesta relação entre as instituições financeiras receptoras de depósitos observa-se que na medida em que o mercado toma uma nova direção, há também

um novo posicionamento estratégico dos bancos junto à sociedade. Esse posicionamento está ligado ao tipo de serviços bancários esta instituição está realizando neste mercado. Com a inflação e os juros em baixa, os bancos podem partir para uma nova estratégia, por exemplo, atrair clientes com certo perfil de investimentos ou pela renda do indivíduo.

No mercado de crédito, as instituições bancárias (Bancos Comerciais e Múltiplos) são os principais prestadores de serviço na atividade de conceder crédito, empréstimos e financiamentos. Os avanços no Sistema Financeiro Nacional têm diversificado os produtos financeiros para a modalidade de crédito. Esta é uma oportunidade para a sustentação da expansão do volume de crédito que são distribuídos aos indivíduos ao longo dos anos. A expansão creditícia é um dos elementos importantes também para o crescimento econômico da nação.

“A perpetuação das taxas de juros, haja visto o período tão longo, conduziu o país à formação de negócios orientados a ganhos financeiros, aonde houvesse esta possibilidade, como no caso do grande comércio que passou a fundamentar sua rentabilidade essencialmente em receitas financeiras.” (Matias, 2004).

A expansão do crédito pode aumentar esse processo de competição entre as instituições financeiras. Entre o período estudado (2000-2007) houve um decréscimo de 36 instituições bancárias no Sistema Financeiro Nacional de acordo com a tabela 4. Neste período houve pouca variação entre os 10 maiores bancos em cada ano. De acordo com o período estudado, cita-se as principais que tiveram presença neste *ranking* de acordo com a tabela 5:

Tabela 4: Bancos por origem de capital

Período	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de bancos	192	182	167	165	164	161	159	156
Privados nacionais com e sem participação estrangeira	105	95	87	88	88	84	85	87
Privados estrangeiros com controle estrangeira	70	72	65	62	62	63	61	56
Públicos federais e estaduais	17	15	15	15	14	14	13	13

Tabela 5: Principais instituições financeiras em atividade no país

INSTITUIÇÕES		
BANCO DO BRASIL	ITAU	BRABESCO
CEF	ABN AMRO	UNIBANCO
SANTANDER	HSBC	SAFRA
VOTORATIM	NOSSA CAIXA	

As instituições citadas na tabela foram classificadas de acordo com seu Ativo Total. Mas, podemos destacar que, estas instituições também são as principais receptoras de depósitos e as que mais participam do processo de intermediação financeira.

De acordo com as informações pesquisadas, inclusive aquelas que estão disponíveis na tabela 7, dão uma noção da proporção do mercado que essas instituições, mantêm em ativos financeiros do país. De acordo com a tabela 7, aproximadamente 70% dos R\$ 58,9 bi que foram o total do resultado da intermediação financeira do país ficou concentrada entre os dez maiores bancos. É a partir de uma das agências desses bancos que a grande maioria da população faz suas operações financeiras. Porém, há de se destacar o tamanho do mercado que estas agências dominam. Para poder garantir seu espaço é necessário ter uma infra-estrutura para atender sua clientela, isto é, rede de agências, terminais de atendimentos entre outras importantes ferramentas de comunicação entre banco e cliente.

A estabilidade econômica em que o país está inserido nos últimos anos, também influenciou os bancos em busca de novas alternativas de maximização dos lucros. Se nos tempos de inflação os bancos tinham seus ganhos principalmente num curtíssimo prazo através do *floating*, hoje se sustentam através do oferecimento de produtos e serviços financeiros. A intermediação financeira em 2007, representou cerca de 9% do ativo total dos 10 maiores bancos consultados no período. No ano 2000 a representatividade da intermediação financeira era de pouco mais de 2%.

Tabela 6: Intermediação Financeira ano 2000

Instituições	Receitas de Intermediação Financeira					Despesas de Intermediação Financeira					Resultado Bruto
	Operações de Créd. E Arrend. Mercantil	Operações com tit. Val. Mobiliários.	Operações com Instrum. Financeiros Derivativos	Operações de câmbio	Aplicações Compulsórias	Captações no Mercado	Empréstimos e Repasses	Arrend. Mercantil	Operações de Câmbio	Provisão para CL	
BB	4.487.580	3.667.703	-382.555	613.425	67.802	-4.286.668	-1.230.429	-112.520	0	-884.597	1.939.741
CEF	5.475.838	915.505	-21.775	210	758.493	-2.711.536	-1.455.667	0	0	-461.643	2.499.425
BRASESCO	4.815.235	2.120.234	-324.783	545.036	106.610	-2.739.735	-1.132.388	-604.502	0	-676.996	2.108.711
ITAU	2.465.753	1.759.243	-92.982	142.635	96.428	-1.559.554	-403.209	-284.163	0	-363.543	1.760.608
UNIBANCO	2.402.548	1.036.533	-87.613	482.818	18.071	-1.234.093	-1.006.600	-343.361	0	-445.982	822.321
BANESPA	846.046	1.200.644	-2.974	72.157	15.059	-572.539	-81.739	-64.803	0	-360.478	1.051.373
ABN AMRO	2.401.967	844.328	-84.801	179.118	25.537	-908.541	-135.089	-544.463	0	-193.813	1.584.243
SANTANDER	877.920	1.253.089	-132.102	0	15.426	-1.112.629	-3.598.400	-272.225	-7.241	-81.234	-3.057.396
SAFRA	991.338	1.271.563	-247.182	73.480	4.800	-1.195.642	-206.888	-263.227	0	-41.478	386.764
HSBC	1.118.822	926.670	-79.013	47.329	13.587	-723.788	-297.318	-96.021	0	-190.358	719.910
Total 10 Maiores	25.883.047	14.995.512	-1.455.780	2.156.208	1.121.813	-17.044.725	-9.547.727	-2.585.285	-7.241	-3.700.122	9.815.700
Total SFN	44.443.864	26.788.412	-1.821.690	2.954.928	1.270.452	-26.152.069	-18.935.387	-5.373.552	-179.600	-5.128.067	17.867.291

Tabela 7: Intermediação Financeira ano 2007

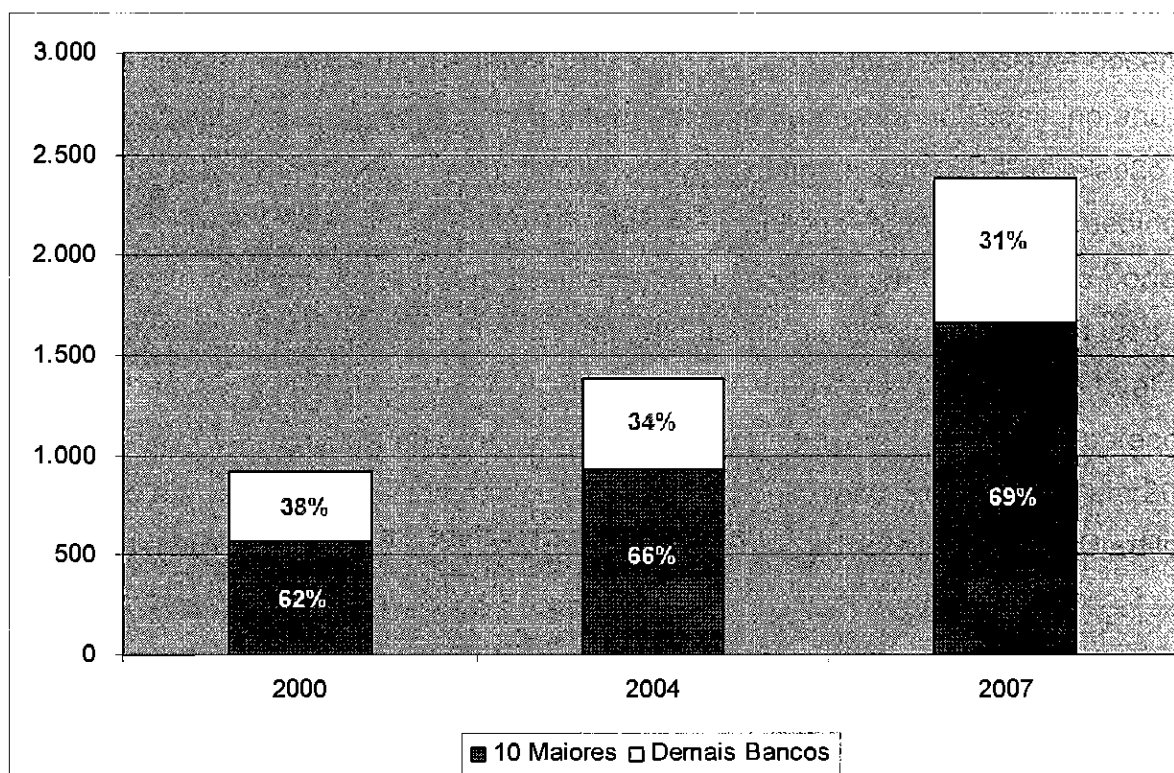
Instituições	Receitas de Intermediação Financeira					Despesas de Intermediação Financeira					Resultado Bruto
	Operações de Créd. E Arrend. Mercantil	Operações com tit. Val. Mobiliários.	Oper. com Instrum. Finan. Derivativos	Op. de câmbio	Aplicações Compulsórias	Captações no Mercado	Empréstimos e Repasses	Arrend. Mercantil	Operações de Câmbio	Provisão para CL	
BB	13.491.891	6.440.685	-159.600	180.731	816.067	-9.004.375	-848.995	-266.272	0	-2.760.314	7.889.818
ITAU	16.373.287	4.795.233	618.961	4.426	469.725	-6.716.581	-1.322.119	-5.818.928	0	-1.320.582	7.083.422
BRADESCO	13.960.512	3.281.153	1.548.302	388.770	612.507	-7.254.432	-885.912	-1.496.680	0	-3.020.182	7.134.038
CEF	4.674.955	5.465.433	238.902	620	1.841.536	-7.025.873	-908.752	0	0	-928.431	3.358.390
ABN AMRO	8.296.527	1.956.621	354.815	82.063	303.981	-3.597.120	-336.994	-967.399	0	-1.674.458	4.418.036
UNIBANCO	7.226.270	2.553.590	378.464	246.562	219.118	-3.737.582	-505.923	-1.007.924	0	-1.396.182	3.976.393
SANTANDER	4.782.196	3.568.245	184.634	481.814	192.432	-4.386.851	-507.508	-90.327	0	-1.162.428	3.062.207
HSBC	4.323.939	1.115.891	13.278	168.820	193.538	-2.194.260	-114.777	-398.728	0	-806.460	2.301.241
SAFRA	3.512.721	1.397.430	22.126	257.013	50.648	-2.580.974	-518.962	-1.465.202	0	-93.578	581.222
VOTORANTIM	2.131.275	1.567.175	497.470	3.760	58.562	-2.314.125	-322.032	-12.359	0	-313.170	1.296.556
Total 10 Maiores	78.773.573	32.141.456	3.697.352	1.814.579	4.758.114	-48.812.173	-6.271.974	-11.523.819	0	-13.475.785	41.101.323
Total SFN	106.584.489	47.383.851	3.771.799	3.239.953	5.321.787	-62.634.759	-13.861.895	-13.114.697	-170.263	-17.575.605	58.944.660

Fonte: Banco Central

Nos quadros 6 e 7, estão dispostos os resultados com a intermediação financeira dos 10 maiores bancos em atividade no Brasil nos anos de 2000 e 2007. Estas tabelas não apresentam os volumes concedidos ou captados pelas instituições e sim as receitas e despesas auferidas neste tipo de serviço prestado.

De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central, é possível observar que em relação aos resultados com a intermediação financeira no Brasil, no ano de 2007, está amplamente concentrada entre os dez maiores bancos. Em relação ao ano 2000, houve um aumento de 15 p.p. no resultado bruto da intermediação financeira em relação ao total do Sistema Financeiro Nacional. No início do período estudado 55% do resultado bruto da intermediação financeira pertencia aos 10 maiores bancos. Em 2007, estas instituições são responsáveis por 70% do total. As principais receitas obtidas nas transações de intermediação foram com operações de crédito e arrendamento mercantil. Estas são responsáveis, por exemplo, em 2007 de cerca de 80% ou R\$ 78,7 bi do total da receita com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil no Sistema Financeiro.

Gráfico 1: Ativo Total em (R\$ mi)

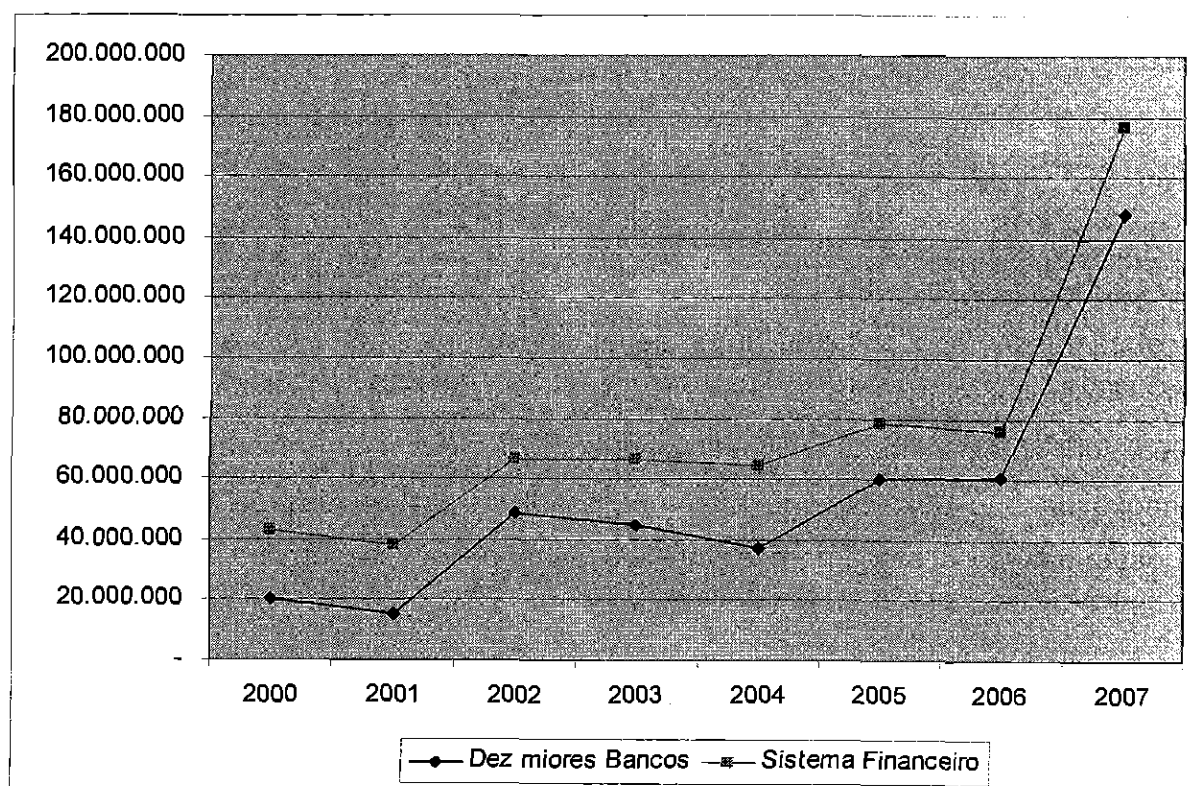


Fonte: Banco Central

Durante o período estudado é possível observar que houve um crescimento

considerável no ativo total agregando todas as instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional. Ainda de acordo com os dados pesquisado a soma dos dez bancos com maior ativo acompanha o crescimento do Sistema Financeiro. A participação dessas poucas instituições mostra um mercado que se expande uniformemente em que a concentração dos ativos representa a concentração do mercado.

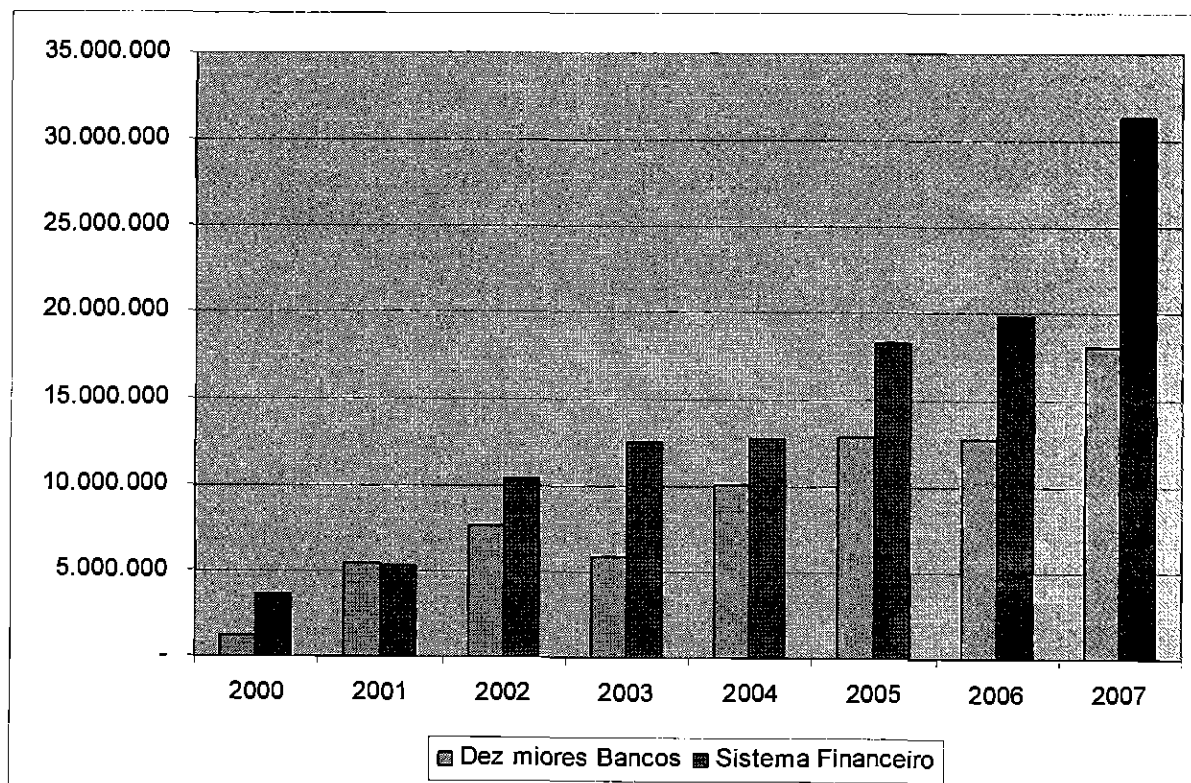
Gráfico 2: Total da Receita com a Intermediação Financeira



Fonte: Banco Central

No gráfico acima, é realizado a análise do resultado da intermediação financeira presente no ativo total dos dez maiores bancos 2000 a 2007. Segundo consta, a relevância do resultado obtido através da intermediação financeira têm crescimento considerável no últimos anos. Esta elevação é causada, muito provavelmente, em função da oportunidade das instituições bancárias nesse processo de intermediação. Como já visto anteriormente, destaca-se as operações de crédito e arrendamento mercantil. O resultado disso para os dez maiores bancos é a elevação de R\$ 20 bi em 2000 para R\$ 148 bi em 2007 no total dos direitos provenientes da intermediação financeira.

Gráfico 3: Lucro Líquido



Fonte: Banco Central

Com referência ao lucro líquido o gráfico 3 apresenta uma peculiaridade entre os outros dados pesquisados. No início do período estudado, a soma do lucro líquido dos 10 maiores bancos representava pouco mais de um terço (R\$ 1,2 bi) do total de todas as instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (R\$ 3,6 bi). Em 2001, as 10 maiores instituições lucraram mais do que o agregado do SFN, isto se deu provavelmente pelo prejuízo no resultado anual de alguns bancos. no total Em 2002, houve queda na participação dos 10 maiores bancos, que apresentaram lucros menores em comparação com o ano anterior e também por causa dos lucros obtidos pelas demais instituições no geral. Em 2004, já se observa uma concentração de cerca de 80% do total do SFN nas soma das dez maiores instituições. Por fim, em 2007 a concentração do lucro líquido diminuiu praticamente a metade do total. Mesmo assim, os lucros desta instituições tem aumentado consideravelmente ao longo dos anos desde 2003.

“O consultor Alberto Borges Matias, da ABM Consulting, diz que o crescimento observado nos ganhos das instituições financeiras no período pode ser influenciado pelos resultados alcançados por bancos de grande porte, não refletindo, necessariamente, uma maior lucratividade de cada um dos

bancos que operam no Brasil.” (F. São Paulo, 2005)

Nesta pesquisa alguns dados serão mensurados como base de sustentação dos objetivos propostos no início deste trabalho. A seguir, na tabela 8 será possível analisar o crédito de acordo com o volume distribuído em cada modalidade.

Tabela 8: Volume emprestado por Modalidades de Crédito - PF

Período		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cheque	especial	6 517	8 141	8 545	8 919	9 800	10 974	11 760	12 985
Crédito	pessoal	16 381	23 233	24 542	30 494	43 423	63 444	79 893	100 928
Cartão	Crédito	2 802	3 391	4 839	6 475	8 207	11 260	13 418	17 150
Financ.	Imob.	3 103	1 903	1 780	1 381	1 080	956	1 211	2 270
Aquis. de bens	Veic.	15 616	24 685	26 933	29 987	38 065	50 685	63 475	81 481
	Outros	3 303	3 810	4 579	5 344	7 225	10 229	10 779	12 481
	Total	18 919	28 495	31 512	35 331	45 290	60 914	74 254	93 942
Outros		3 614	4 777	4 937	5 498	5 471	7 643	11 301	12 972
Total		51 336	69 941	76 154	88 099	113 272	155 190	191 837	240 246

Fonte: Banco Central

Nos empréstimos de longo prazo para físicas na tabela 8, após uma grande retração do volume concedido de crédito imobiliário entre 2000 (R\$ 3 bi) e 2005 (R\$ 956 mi), houve uma retomada no crescimento de concessão nesta modalidade, sendo que em 2007 o valor chega a R\$ 2 bilhões. Isto também pode ser resultado da confiança da política econômica dada pela atual estabilidade financeira. É relevante observar também que o volume de crédito no período estudado teve uma grande expansão para pessoas físicas. O total em 2000 foi de R\$ 51 bi e em 2007 o total chegou a R\$ 240bi.

Segundo da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) referente a concentração bancária uma pesquisa constatou que o uso de cartões de crédito está se generalizando no país. O número de cartões cresceu 232% entre 2000 e 2007, passando de 28 milhões de unidades para 93 milhões. O valor transacionado via cartão cresceu 263% nesse período, subindo de R\$ 50,4 bilhões anuais para R\$ 183,1 bilhões. De acordo com a entidade, cada cartão movimentou mensalmente duas transações em média, com valor total próximo aos R\$ 80. Já o número de cheques mostra uma redução constante ao longo do tempo. Em 2007, ele foi responsável por menos de 4% do total das transações bancárias.

Também referentes às pessoas físicas, podem destacar uma grande expansão do crédito pessoal e para aquisição de bens destacando que a brusca queda na taxa de juros para as respectivas modalidades de crédito conforme gráfico. Além disso, nota-se que o crescimento do crédito concedido para pessoas físicas está presente

com destaque na maioria das modalidades de crédito. Os créditos rotativos como, cheque especial e cartão de crédito, mesmo possuindo uma taxa de juros mais altas em relação a outros tipos de empréstimos em média 62% a. a. conforme gráfico demandaram grande quantidade de dinheiro. Cheque especial cerca de R\$ 12 bi foram liberados em 2007 e na utilização de cartão de crédito o volume liberado foi de R\$ 17 bi ante os R\$ 2,8 liberados em 2000, crescimento seis vezes maior.

Tabela 9: Volume emprestado por Modalidades de Crédito - PJ

Periodo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Capital de giro	16 542	22 110	29 439	32 920	40 216	51 491	67 814	97 428
Conta garantida	15 008	19 860	20 247	21 928	25 096	29 732	32 855	39 135
Aq. de bens	2 201	3 593	4 273	4 695	6 003	11 152	13 491	17 937
Vendor	6 470	6 802	7 852	7 877	10 255	9 987	10 374	10 968
Hot money	583	462	609	534	387	469	355	675
Desc duplic	5 270	6 022	6 000	7 464	10 388	10 958	12 012	13 742
Desc Prom	868	637	520	250	222	220	160	152
Fin. Imob	2 877	786	678	551	427	609	734	1 146
ACC	17 305	20 648	25 007	25 764	24 036	23 856	25 211	30 841
Export notes	204	75	243	186	156	57	1	0
Res. 63	16 407	19 547	19 967	13 913	13 711	16 041	19 048	24 887
Outros	19 089	23 622	21 360	20 046	25 213	30 872	35 575	46 568
Total	102 622	124 165	136 196	136 126	158 113	185 444	217 631	283 481

Fonte: Banco Central

É possível observar na tabela 9 que foram realizadas grandes repasses às empresas via capital de giro sendo que, o total emprestado em 2007 (R\$ 97 bi) é seis vezes maior do que o valor disponibilizado às empresas em 2000 (R\$ 16 bi). É importante ressaltar também uma aproximação do volume emprestado para pessoas físicas em relação as empresas. O volume emprestado para as empresas em 2000 (R\$ 102 bi) foi o dobro do emprestado à pessoas físicas (R\$ 51 bi). Em 2007 o volume foi maior porém, a proporção foi menor. Empresas tomaram R\$ 282 bi enquanto para as famílias o total de crédito foi de R\$ 240 bi.

Para o economista da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo(2006), a melhora da qualidade do crédito nos últimos anos está relacionada ao forte crescimento das operações de crédito consignado - com desconto em folha de pagamentos - e de financiamento de veículos, ambos com importantes formas de garantia.

Essas duas modalidades tendem a perder fôlego, na avaliação de Solimeo. Se isso acontecer, o mais provável é o crescimento de operações com nível de risco maior, como cheque especial e financiamento via cartão de crédito.

"O banco conhece o comportamento do cliente e tem o crédito pré-aprovado para isso. As operações de longo prazo, que têm maior valor, costumam ser mais racionais porque não envolvem uma decisão impulsiva. Ninguém compra um imóvel por impulso. Tem de negociar o financiamento. O carro talvez não se enquadre nisso, apesar do valor maior. É bem comprado para mostrar a ascensão social --não é racional", disse. (PANDELÓ, 2008)

Tabela 10: Inadimplência/operações de crédito

Inadimplência/operações de crédito							
Por modalidade de crédito – Pessoa física							
Modalidade de crédito	2004		2005		2006		2007
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	%
Cheque especial	9,2	9,2	10,9	10,8	13,3	11,6	
Consignado em folha	3,3	2,6	2,7	3,2	2,6	2,7	
Não-consignado em folha	8,4	9,2	9,6	10,0	9,7	9,5	
Cartão de crédito rotativo	17,5	17,9	21,4	22,5	24,9	24,5	
Aquisição de veículos	2,6	2,5	2,7	4,0	4,0	4,3	
Arrendamento financeiro	3,6	2,5	2,7	3,0	2,7	3,2	
Imobiliário	6,3	6,0	5,6	5,9	4,6	4,0	
Rural e agroindustrial	2,4	2,5	3,8	4,3	3,0	2,4	
Demais tipos de créditos	10,4	12,3	12,9	14,1	12,9	13,1	
Pessoa física	6,1	6,2	6,7	7,2	6,6	6,4	

Inadimplência/operações de crédito							
Por modalidade de crédito – Pessoa jurídica							
Modalidade de crédito	2004		2005		2006		2007
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	%
Conta garantida	1,9	2,0	2,3	3,1	3,7	3,3	
Capital de giro	1,6	1,8	2,0	2,2	2,0	1,7	
Desconto de títulos e cheques	2,0	2,9	2,5	4,0	3,5	3,2	
Investimentos/aquisição de bens	1,9	2,0	1,9	1,2	1,2	0,7	
Rural e agroindustrial	1,3	1,5	1,2	1,1	0,9	0,8	
Exportação \ importação	0,7	0,4	0,5	0,5	0,3	0,4	
Demais tipos de créditos	7,2	6,4	6,0	5,0	5,4	5,1	
Pessoa jurídica	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,7	

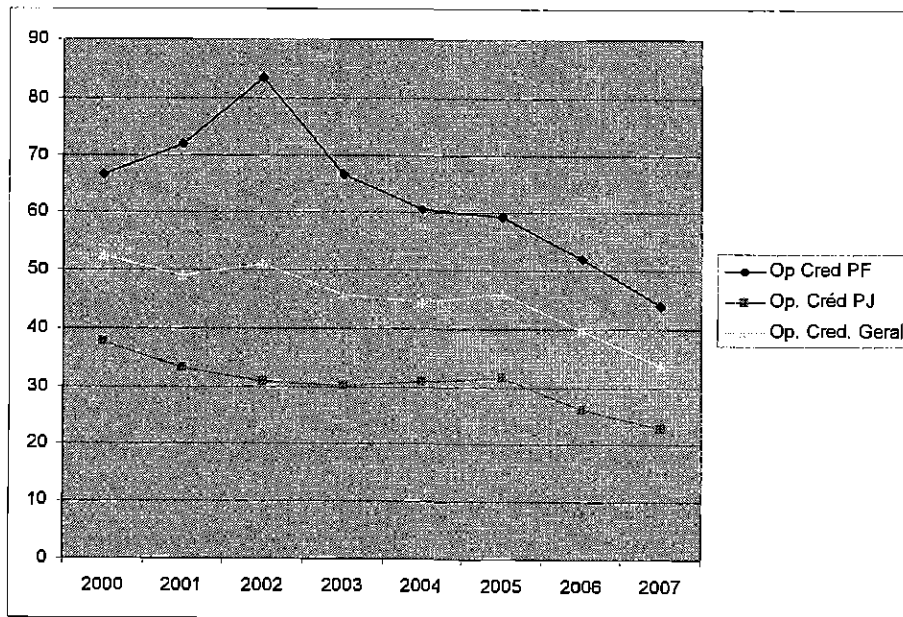
Fonte: Banco Central

De acordo com Cintra(2005), as empresas criam suas expectativas e dependem do grau de confiança da economia para estipular seu grau de endividamento ou se irá optar em demandar crédito para dar segmento em suas operações.

Em princípio, a demanda de crédito pela pessoa jurídica depende do estado de confiança da economia, das expectativas de lucro, das perspectivas de crescimento das vendas e do risco crescente com o grau de endividamento. O

baixo dinamismo da economia brasileira tem mantido a demanda por crédito corporativo em um patamar relativamente baixo. Ademais, as empresas aproveitaram a expansão nas receitas para reduzir o grau de endividamento e, por conseguinte, ampliar a capacidade de autofinanciamento.(CINTRA, 2005)

Gráfico 4: Taxa de juros nas operações de crédito (%)



Fonte: Banco Central

A queda na taxa de juros em algumas modalidades de crédito, porém dado a grande expansão do crédito nos últimos anos, nota-se também crescimento na inadimplência. Este fato decorre porque em algumas linhas de crédito, principalmente nos rotativos, não há garantias dadas pelos clientes. Estas modalidades de crédito são baseadas de acordo com as movimentações bancárias e com a renda presumida ou declarada na abertura do crédito. Neste caso é grande o fator de risco moral para as instituições. Dentre os créditos rotativos podemos destacar o cheque especial e o cartão de crédito rotativo para pessoas físicas e o capital de giro para empresas.

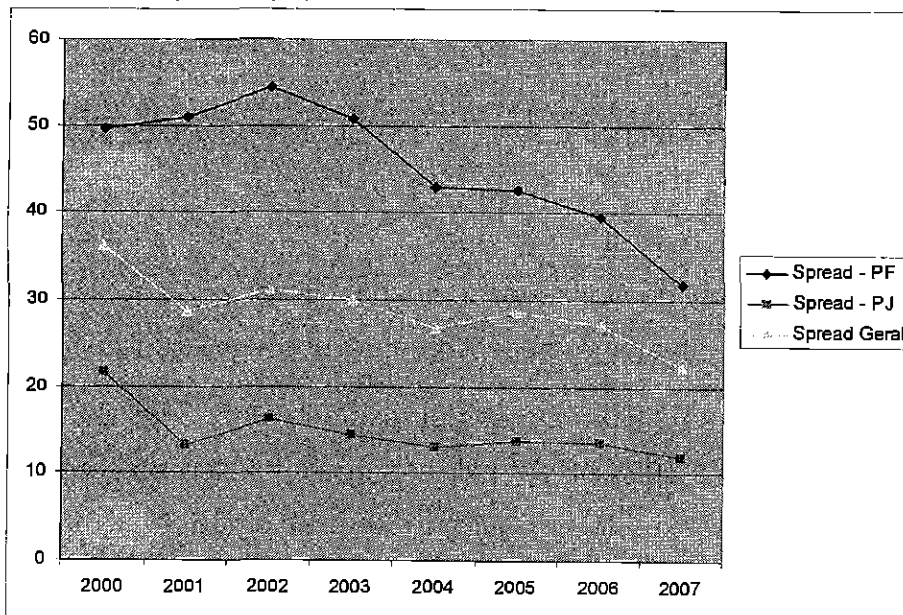
“Uma taxa de juros tão alta não beneficia os bancos. Resulta em uma menor tomada de crédito, mas também leva a uma maior inadimplência”: (Cypriano, 2004)

Nos gráficos acima se observa a queda na taxa de juros nos últimos anos,

puxada pela estabilidade econômica, principalmente de preços. No período, a taxa básica de juros, controlada pelo Banco Central também apresentou declínio desde meados de 2003. Assim, a queda na taxa de juros nas operações de crédito oferecidos pelas instituições financeiras influencia também a retração do *spread* que é a diferença entre o taxa de aplicação (empréstimos) e a taxa de captação.

É importante destacar também a rápida reação do mercado de crédito com os choques da política monetária. No fim de 2002 a taxa básica de juros estava acima dos 20%. A partir de 2005, houve um afrouxamento da política monetária desde setembro daquele ano. Nesse período de 2005 a 2007 a taxa 19,5% caiu e estava em 11,25% no final de 2007.

Gráfico 7: Spread (%)



Fonte: Banco Central

A redução pronunciada do *spread* bancário no Brasil requer a diminuição do custo de oportunidade das operações de crédito no país. Pois, por exemplo, como cita Oliveira (2007) o risco de inadimplência nas operações de empréstimos, a prática de altas taxas básicas de juros, ao tornar a aplicação em títulos públicos muito atrativa para os bancos, faz com que o custo de oportunidade envolvido nas operações de crédito seja também muito elevado. Ao permitir a estruturação de uma postura operacional flexível e rentável ao mesmo tempo, esses ativos criam uma disfuncionalidade no mercado de crédito, vez que os bancos passam a exigir um prêmio de risco muito elevado para a concessão de recursos, elevando o *spread* bancário e aumentando o custo do dinheiro no país.

Os bancos podem lucrar também emprestando com taxas de juros mais baixas, de acordo com o mercado e mesmo assim lucrarem. Como o *spread* é a diferença entre o que os juros que os bancos recebem para emprestar em relação ao que pagam para captar dinheiro. Como tomar emprestado pode ficar barato, pode haver uma demanda maior por empréstimos e assim as instituições lucrariam no volume aplicado no mercado de crédito. Além disso, segundo dados do Banco Central (2006), o declínio das taxas de juros e empréstimos foi o principal estimulador para o crescimento do crédito tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas. Isso vem ocorrendo desde o processo de flexibilização da política monetária iniciada em 2005, determinando sucessivas reduções na taxa básicas de juros.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de analisar a expansão do crédito disponibilizado pelas instituições via intermediação financeira. Houve uma breve discussão sobre a importância e aspectos do Sistema Financeiro. Os períodos estudados foram de 2000 a 2007. Ao longo da pesquisa, foram expostas tabelas e gráficos sobre o assunto em debate.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa ligados ao mercado de crédito, foi possível observar que os bancos têm utilizado este mercado para poder maximizar os lucros dada a estabilidade econômica atual e as regras impostas pela autoridade monetária hoje o Banco Central do Brasil. Como as possibilidades de ganhos que os bancos tinham na época de a inflação alta, diminuíram, tornou-se necessário a busca por novas oportunidades. A saída foi oferecer aos clientes um leque de produtos e serviços financeiros, e a partir daí começaram cobrar tarifas pela prestação deste tipo de serviço. Além disso, a estabilidade financeira deu mais confiança aos agentes econômicos, sendo que estes tiveram a oportunidades de tomar empréstimos a taxas de juros que vêm diminuindo ao longo do tempo. Neste contexto, os bancos também garantem sua receita através destes juros dado que mesmo em decadência são fontes de maiores receitas através do volume de crédito e do prazo de financiamento.

As variáveis consideradas e os dados levantados permitem observar que, em seu conjunto, os dez maiores bancos privados representam muito mais que intermediários financeiros que controlam um volume expressivo do crédito (caro e reduzido, em parâmetros comparativos com outros países capitalistas) e parte significativa dos títulos e valores mobiliários, onde estão situados os títulos governamentais, portanto a dívida pública interna. No limite das informações coletadas, pelo menos sete deles estendem seus interesses a uma variada gama de empresas não-financeiras. O exame dessa intrincada rede de controle e participações acionárias coloca-se como uma necessidade e um grande desafio para o entendimento da dinâmica econômica e política do País. (Minella, 2007)

Mesmo que através deste trabalho foi possível constatar diversas informações que mostram os novos rumos do mercado financeiro brasileiro é possível detalhar

outras vias que são utilizadas pelos bancos para maximizar seus lucros como, por exemplo, os negócios realizados nos mercados de títulos.

O crescimento do volume de crédito concedido aos agentes econômicos foi observado em algumas tabelas e gráficos durante a leitura deste trabalho. Porém, pode ser observado futuramente o impacto deste crescimento no aumento do consumo, assim como também diretamente relacionado, pode-se discernir qual o grau de relevância que as operações de intermediação financeira via mercado de crédito tem sobre o Produto Interno Bruto do país.

Conclui-se então que mesmo existindo uma grande regulação em todo o sistema financeiro, que não impede a concentração, observa-se um mercado bancário dentro de uma concorrência oligopolista, e é possível definir que as estratégias utilizadas pelas instituições são parecidas e o principal objetivo é aumentar a receita através do aumento do volume de crédito concedido e diminuir seus custos através da otimização operacional e também buscando diminuir as informações assimétricas.

Além das estratégias os bancos criam suas expectativas baseadas nos mercados e o nas expectativas da equipe econômica do governo, que através dos instrumentos de política monetária, são capazes de influenciar as taxas de juros, e conseqüentemente o mercado de crédito.

Resta saber, qual a duração deste ciclo e se as estratégias utilizadas ultimamente continuará voltada para a queda nas taxas de juros e que assim, possam diminuir ainda mais o custo do dinheiro numa operação de empréstimo via intermediação financeira. Além disso, a necessidade de diminuir os riscos e custos de transação e também com a assimetria de informação com melhor mensuração dos agentes inadimplentes, haverá provavelmente queda na proporção de provisão para crédito em liquidação e respectivamente retraindo ainda mais o *spread* bancário que por sua vez tem a inadimplência como parte importante no seu cálculo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto D'Ávila de. **Competição e concentração ente os bancos brasileiros**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p561_586.pdf Acesso em: março de 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Normas do CMN e do BC**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?NORMASBC>. Acesso em: 12 de junho de 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <http://bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>. Acesso em março de 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2006**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf Acesso em junho de 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/?SERIESTEMP>. Acesso em março de 2008.

BARBACHAN, José Santiago Fajardo. **Concentração Bancária Brasileira: Uma Análise Microeconômica**. São Paulo. IBMEC, 2004. Disponível em: www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=2796. Acesso em 12/06/2008.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. Tradução de Mônica Rosemberg; Revisão técnica Eliezer Martins Diniz, Aglas Watson Barrera; São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 454p.

FERREIRA, Caio Fonseca. Concorrência e performance do Sistema Bancário em um mercado heterogêneo. **Disponível em:** <http://www.econ.fea.usp.br/bacen/Artigos/concorrencia%20e%20performance%20do%20SB.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2007

Folha de São Paulo. **Lucro de banco quase dobra entre 96 e 2004**. Disponível em www.folha.com.br. Acesso em 12/07/2008.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 6. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

MATIAS, Alberto Borges. Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em www.google.com.br. Acesso em 12/07/2008.

MISHKIN, Frederic S. **Moeda, Bancos e Mercados Financeiros**. 5ª ed. Tradução de Christine Pinto Ferreira Studart. Revisão técnica de Rogério Studart. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 474p.

MINELLA, Ary César. **Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico**. Porto Alegre, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222007000200006&script=sci_arttext&lng=d_0100-6916 a. Acesso em 13/07/2008.

OREIRO, José Luís. **Preferência pela Liquidez, Racionamento de Crédito e Concentração Bancária Uma Nova Teoria Pós-keynesiana da Firma Bancária**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/view/161/38>. Acesso em 12/06/2008.

PINTO, José Paulo Guedes. **Uma análise crítica sobre a nova Lei de Falências**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/06/283155.shtml>. Acesso em: 13/07/08

SILVA, Everton Nunes da e PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. **Sistema financeiro e crescimento econômico: uma aplicação de regressão quantílica**. Econ. Apl., July/Sept. 2006, vol.10, no.3. 427-441p.

Anexo 1: Resumo – Dez Maiores Instituições – Base Ativo Total

Período	Ativo Total - Int. Fin.	Ativo Total	Patrim. Líquido	Lucro Líquido	Depósito Total	Res. Inter. Finan
03/2000	504.101.259	514.243.050	41.817.999	1.407.302	229.901.242	10.141.791
06/2000	535.790.240	554.186.238	42.918.390	3.402.356	226.235.022	18.395.998
09/2000	546.001.834	560.894.415	44.401.335	1.457.476	230.921.131	14.892.581
12/2000	571.501.317	591.947.780	44.432.068	1.212.034	244.583.828	20.446.463
03/2001	628.964.519	646.010.335	48.136.594	2.021.609	250.067.788	17.045.816
06/2001	615.741.960	633.996.495	50.396.647	(7.163.729)	256.211.233	18.254.535
09/2001	658.578.420	671.689.461	54.300.366	3.485.965	258.445.277	13.111.041
12/2001	644.916.619	659.818.711	55.980.777	5.437.940	266.617.258	14.902.092
03/2002	677.133.786	690.946.341	59.148.391	2.666.801	293.137.061	13.812.555
06/2002	701.067.490	721.663.240	58.992.155	6.531.227	297.012.012	20.595.750
09/2002	788.518.764	830.408.085	61.158.010	5.121.934	331.309.071	41.889.321
12/2002	754.691.477	803.246.717	60.280.227	7.650.003	363.963.877	48.555.240
03/2003	778.307.411	824.412.731	67.452.975	3.807.459	357.746.046	46.105.320
06/2003	764.703.080	804.519.296	67.984.852	6.891.992	371.294.114	39.816.216
09/2003	789.705.163	845.075.548	71.499.688	3.539.353	378.649.321	55.370.385
12/2003	855.856.195	900.708.986	74.606.432	5.841.929	400.607.274	44.852.791
03/2004	867.261.934	914.733.205	77.138.192	3.697.370	404.096.639	47.471.271
06/2004	900.935.341	949.998.300	79.950.992	7.511.336	407.586.663	49.062.959
09/2004	906.427.958	963.130.917	83.283.480	4.458.991	437.163.262	56.702.959
12/2004	926.391.154	963.547.730	86.228.054	10.039.173	462.548.066	37.156.576
03/2005	983.524.558	1.021.065.639	90.015.755	5.245.698	483.642.893	37.541.081
06/2005	991.317.848	1.035.362.623	93.189.179	11.292.061	485.219.893	44.044.775
09/2005	1.029.798.667	1.090.598.331	97.904.288	6.230.733	504.252.353	60.799.664
12/2005	1.082.200.174	1.142.517.526	99.470.463	12.883.743	544.835.267	60.317.352
03/2006	1.153.742.548	1.205.609.748	107.128.059	8.390.320	556.130.433	51.867.200
06/2006	1.179.991.564	1.251.267.040	108.781.777	15.236.904	568.747.981	71.275.476
09/2006	1.249.709.470	1.313.346.016	117.541.663	4.737.747	577.516.248	63.636.546
12/2006	1.359.644.802	1.420.213.286	124.853.081	12.734.356	620.168.560	60.568.484
03/2007	1.404.902.724	1.494.846.736	121.896.357	4.607.244	607.412.480	89.944.012
06/2007	1.532.306.642	1.652.126.314	134.799.079	13.903.395	640.931.640	119.819.672
09/2007	1.603.180.673	1.737.029.657	141.569.864	8.718.456	663.888.139	133.848.984
12/2007	1.659.619.653	1.808.006.204	145.202.964	18.049.830	724.885.366	148.386.551

Anexo 2: Spread

Período	Spread - PF	Spread - PJ	Spread Geral
2000	49,69	21,58	36,15
2001	51	13,3	28,7
2002	54,5	16,3	31,1
2003	50,8	14,4	30
2004	42,9	13	26,8
2005	42,6	13,8	28,6
2006	39,6	13,5	27,2
2007	31,9	11,9	22,3

Anexo 3: Taxa de juros nas operações de crédito

Período	Op Cred PF	Op. Créd PJ	Op. Cred. Geral
2000	66,5	37,6	52,6
2001	71,8	33,3	49
2002	83,5	30,9	51
2003	66,6	30,2	45,8
2004	60,5	31	44,6
2005	59,3	31,7	45,9
2006	52,1	26,2	39,8
2007	43,9	22,9	33,8